

Sumário

Prefácio — Ada Pellegrini Grinover	11
Introdução	13
Dissídios coletivos	17
1. Conceito e espécies	17
2. Tentativa prévia de conciliação	19
3. Mútuo consentimento	36
3.1. Mútuo consentimento e arbitragem judicial	48
3.2. Espécies de interesses em conflito	50
4. Poder normativo	66
4.1. O poder normativo e a Emenda Constitucional n.45/04	67
4.2. Fundamentos jusfilosóficos do poder normativo	75
4.3. Hermenêutica jurídica e neoconstitucionalismo	91
4.4. Função normativa e função legislativa	108
4.5. A efetivação dos direitos fundamentais sociais	113
4.6. A eficácia horizontal dos direitos sociais	123
4.7. Os dissídios coletivos e a jurisdição constitucional	129
4.8. Jurisdição constitucional mediante a fixação de regras abstratas	133
4.9. As novas decisões judiciais no direito brasileiro e comparado	137
4.10. Jurisdição constitucional – ação civil pública e dissídio coletivo	146
4.11. Diferenças no uso dos dissídios coletivos e das ações civis públicas ...	152
5. Sentença normativa	160
5.1. Natureza da sentença normativa	164
6. Legitimidade	170
6.1. Legitimidade de outras entidades	183
6.2. Legitimidade passiva	188
7. Competência	189
8. Cumprimento de sentença normativa	192
8.1. Tipo de julgamento	193

8.2. Legitimidade	199
8.3. Rol de substituídos	203
8.4. Relevância da atuação sindical	206
8.5. Momento de ajuizamento	208
8.6. Foro.....	209
Conclusão	213
Referências bibliográficas	217
Anexo I	227
Anexo II	241